APROVADA S/ RETIFICAÇÃO EM 22.09.99.

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

ATA

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QÜINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

Às nove horas do dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e noventa e nove, no Plenário **"ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO",** sito na Avenida Ene Garcez, número mil duzentos e sessenta e quatro, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, deu-se a Oitava Sessão Ordinária do Qüinquagésimo Segundo Período Legislativo da Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência da Senhora Vereadora **SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA,** secretariado pelo Senhor Vereador **ANTÔNIO FRANCISCO BESERRA MARQUES,** que fez constar a presença dos seguintes Vereadores: **ALFONSO RODRIGUES DO VALE, BRAZ ASSIS BEHNCK, EUGÊNIA GLAUCY DE MOURA FERREIRA, ILKA MACEDO MALLA, JADER LINHARES, JESUS NAZARENO LARANJEIRA, JOSÉ IVANILDO DE SOUZA PEREIRA, MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA VENTURA, MARIA DE LOURDES PINHEIRO, NATANAEL ALVES DO NASCIMENTO, OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÊ, OTONIEL FERREIRA DE SOUZA, PARIMÉ BRASIL, TEREZA CRISTINA NOGUEIRA PAIM e VINGTUM GOUVEIA PRAXEDES.** Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a sessão, passando-se em seguida para a **LEITURA DOS EXPEDIENTES, I EXPEDIENTE ORIUNDOS DOS VEREADORES Indicação n° 640/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Comandante da Polícia Militar de Roraima, rondas ostensivas noturnas e diurnas, no Bairro Asa Branca. **Indicação n° 641/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Prefeito de Boa Vista, reposição de luminárias em alguns trechos das Ruas José Aleixo e Mestre Albano, no Bairro Asa Branca. **Indicação n° 642/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Prefeito de Boa Vista, rede de esgoto pluvial nas Ruas Mil Flores, Três Marias, Das Margaridas e Dos Girassóis, no Bairro Pricumã. **Indicação n° 643/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Prefeito de Boa Vista, reposição de luminárias nas Ruas Mil Flores, Três Marias, Das Margaridas e Dos Girassóis no Bairro Pricumã. **Indicação n° 644/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito de Boa Vista, que realize os serviços de limpeza pública na Rua Pavão, no Bairro Mecejana. **Indicação n° 645/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito de Boa Vista, que estude a possibilidade de realizar os serviços de terraplenagem e asfaltamento das Ruas 19, 29 e 24, todas no Bairro Caranã. **Indicação n° 646/99**, de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito de Boa Vista, que realize os serviços de terraplenagem e asfaltamento das

Ruas Bélgica e Suíça, no Bairro Bom Futuro. **Indicação n° 647/99**, de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito de Boa Vista, que estude a possibilidade de realizar os serviços de tubulação da vala existente na Rua V, no Bairro Jardim Caranã. **Indicação n° 648/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Boa Vista, os serviços de terraplenagem e asfaltamento das Ruas Cassiterita e Marfim, ambas no Conjunto dos Servidores Jóquei Clube. **Indicação n° 649/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Boa Vista, que estude a possibilidade de realizar a reforma da Praça Joaquim Bayma Nogueira localizada no Conjunto BNH 03, no Bairro Mecejana. **Indicação n° 650/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Boa Vista, os serviços de terraplenagem e asfaltamento das Ruas Dálias, Acácias, Petúnia e das Palmeiras, todas no Bairro Pricumã. **Indicação n° 651/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Boa Vista, que estude a possibilidade de realizar os serviços de mutirão de limpeza pública, no Bairro São Vicente. **Indicação n° 652/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Comandante da Polícia Militar de Roraima, o policiamento ostensivo diurno e noturno nos Bairros Alvorada e União. **Indicação n° 653/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Comandante da Polícia Militar de Roraima, rondas policiais ostensivas diurnas e noturnas nos Bairros Jardim Floresta e Jardim Primavera. **Indicação n° 654/99,** de autoria do Vereador Otoniel Ferreira, solicitando do Diretor Presidente da CAER, que instale uma rede hidráulica na Rua N-5, no Bairro Pintolândia III, a fim de atender reivindicações e permitir o escoamento das águas paradas ao longo da Rua. **Indicação n° 655/99,** de autoria do Vereador Otoniel Ferreira, solicitando do Gerente Regional de Produção e Comercialização da BOVESA, que viabilize a extensão da rede elétrica para atender à Av. N-5, no Bairro Pintolândia III. **Indicação n° 656/99,** de autoria do Vereador Alfonso Rodrigues, solicitando do Prefeito de Boa Vista, fechamento de uma vala e continuidade da Rua Edmundo Sales, no Bairro Buritis, ligando este ao Bairro Centenário. Pós a leitura dos Expedientes, passou-se para o **PEQUENO EXPEDIENTE** .Com a palavra Vereador o **TITONHO** – Bom dia aos colegas, as pessoas aqui presentes, que me traz aqui no Pequeno Expediente é para fazer um registro e gostaríamos de colocar que na nossa vida a gente sempre primor pela independência dos movimentos, pela luta dos trabalhadores. E gostaria de hoje registrar um fato que é um fato lamentável feito pelo Governo do Estado de Roraima. O Governo de Roraima não se contentando em manter alguns cargos comissionado na diretoria do SINTER, agora intervém de outra forma, inclusive usando toda sua influência na Justiça para obrigar os trabalhadores da educação a realizar eleição no período no qual eles decidiram isso. Lamentavelmente ainda passando por cima de todas as instâncias desse Sindicato, instância essa que é o seu congresso, que é o órgão de deliberação maior

da categoria que aprovam um Estatuto que é publicado em Diário Oficial e no entanto um Juiz se acha no direito de passar por cima de toda uma deliberação dessa categoria democraticamente constituída e no entanto resolve registrar uma chapa, uma chapa "S", uma chapa do Governo, uma chapa branca, uma chapa da Secretária de Educação, e passando por cima de todas essas normas e não se contentando, a Comissão Eleitoral, aceitou a determinação do Juiz, só que prorrogou a eleição para que a nova chapa se adequasse ao novo Estatuto publicado em Diário Oficial como eu disse. Dia 25 de junho deste ano, a Comissão Eleitoral, fazendo tudo legalmente assim mesmo foi surpreendida menos de 12 horas do pleito, o mesmo Juiz obrigando a Comissão Eleitoral a realizar o pleito. Essa Comissão vendo na impossibilidade de realizar o pleito, o que faz? Toma uma decisão de dissolução da Comissão, mesmo assim a Diretoria do SINTER, que também são pessoas mandadas e comandadas pela Secretária de Educação, resolve nomear a revelia do Estatuto da categoria, inclusive do antigo, nomear uma Comissão Eleitoral, e realizar no pleito, inclusive só em Boa Vista, não garantindo democraticamente toda a categoria do Estado a participar da eleição, a revelia do Estatuto, porque o Estatuto é muito claro, diz que uma Comissão Eleitoral só pode ser escolhida em Congresso ou em Assembléia, que é a Segunda instância da categoria. No entanto a Diretora do Sindicato através da senhorita Rosalete Saldanha, resolve a mando da Secretaria de Educação desrespeitar e rasgar o Estatuto da categoria e lamentavelmente quando a gente sabe que as instituições tem avançado a cada dia democraticamente, inclusive até hoje as associações de sindicato não precisam mais publicar em Diário Oficial os seus Estatutos. E um juiz e uma Diretora do Sindicato resolve rasgar e jogar no mato esse Estatuto, isso é um afronto contra a democracia deste Estado, é um afronto quando a gente não respeita mais o que estar estabelecido na Lei e começa a agir pela vontade política de algumas pessoas. Lamentavelmente só isso comprova que a harmonia entre os três poderes fica só no papel, fica só na teoria, na hora da prática isso não funciona e que inclusive eu já soube que estou sendo processado porque expressei isso publicamente numa Assembléia do SINTER, da qual é a categoria que eu pertenço e sou sindicalizado e tenho honra de pertencê-la. Agora, exatamente por que a gente tem denunciado que a justiça é para quem tem dinheiro, que a justiça é para quem pode contratar bons advogados. Lamentavelmente essa é a realidade, porque a justiça não funciona para os pobres, para os trabalhadores, nem nesse Estado nem nesse país e todos nós sabemos como ela funciona, lamentavelmente. Então eu gostaria de deixar registrado o nosso protesto que inclusive as outras duas chapas que estavam democraticamente lá registradas inclusive aceitava concorrer com a chapa do governo, que a gente não tem medo não, a gente não tem medo de concorrer, porque a gente não tem medo de perder não, aliás a gente já perdeu duas eleições para o Governo do Estado, depois que eu fui presidente nunca mais a gente ganhou a diretoria do sindicato e agente não tem medo de perder não, só que a gente quer perder democraticamente, disputado no voto, e não no tapetão, e não na justiça,

porque quem na categoria dos trabalhadores são os trabalhadores, a gente defende autonomia e não o tapetão, e não a justiça. Nós queremos que os trabalhadores determinem os seus rumos e que tenha autonomia para isso. Lamentavelmente eu acho que a Secretária de Educação deveria se preocupar com brutalidade que ela vem fazendo com os trabalhadores, primeiro o Governo do Estado não realiza concurso há mais de quatro anos, e tinha um prazo por lei de dois anos para realizar aliás só realizou quando eu era Presidente do SINTER, porque nós entramos com uma ação na justiça e Governo foi obrigado a realizar. Não realiza porque hoje ele tem 1000 concursado que tem todos os seus direitos garantido em Lei Estadual, não realiza porque manter três mil trabalhadores em educação em tabela especial sem direito nenhum, inclusive de reclamar quando a direção da escola, quando a Secretária de Educação, obriga esses trabalhadores a ficar 30 horas na sala de aula por semana, isso é um crime à Educação principalmente as salas de aulas super lotadas e eu mesmo enquanto educador já trabalhei na escola Tancredo Neves, em que a pajela com o número de 50, que a gente podia colocar nome teve de ser anexado um papel para a gente poder completar o nome de alunos para aquela aula, como é que um educador tem condição de fazer algum trabalho de acompanhamento, que inclusive tem que fazer individualmente a um aluno quando você tem 35, 40 até 50 alunos numa sala de aula. Lamentavelmente esse é o estado da educação que vive. E não se contentando em mandar nas escolas inclusive com muitos diretores incompetentes que não sabem o que é um projeto pedagógico e estão lá para servir de cabos eleitorais, não se contentando com isso ainda fica querendo mandar no Sindicato, não se contentando democraticamente manda através da justiça usando todo o seu poder de influência. Com a palavra a Vereadora **LOURDES PINHEIRO** – Senhora Presidente, Senhores Vereadores, público aqui presente, imprensa. Eu estou aqui hoje nesta tribuna para falar e parabenizar as Forças Armadas como um todo, porque soldado no meu entendimento são todos. Então, hoje comemorasse o Dia do Soldado e são esses abnegados servidores que estão aí a disposição de toda comunidade prestando os seus serviços com dificuldades. Eu sei que são a eles que a gente recorre na hora da necessidade e são para eles que gente sempre pede proteção quando nossas casas são invadidas, a gente de uma forma ou de outra quando prejudicado com as pessoas que não tem responsabilidades, procuram fazer coisas que nos deixam muitos aborrecidos, inclusive até matar o ser humano. Então eu queria deixar meus agradecimentos a Polícia Militar em especial e desejar que esse dia seja comemorado com muita saúde com muita paz a todos os soldados da minha terra e a todos soldados brasileiros, e que suas famílias sejam cobertas de paz de amor e de saúde. Muito Obrigada. Com a palavra o Vereador **LARANJEIRAS** – Bom dia a nossa Mesa Diretora, aos colegas Vereadores e Vereadoras, a nossa distinta platéia, a onde se faz presente o nosso colega Presidente da Câmara de Caroebe, José Ovídio, seja bem-vindo novamente a nossa Casa. Usamos o Pequeno Expediente para trazermos aqui a nossa preocupação

com que estar acontecendo no SINTER, apesar de não pertencermos aquele Sindicato, mas o que estamos presenciando é mais uma vez o Governo do Estado querendo impor eleições que deveriam ser democráticas e transformar as eleições do SINTER em eleições manipuladas como ele vem fazendo com as associações de bairros. É um crime contra a sociedade o que este homem estar fazendo nas inúmeras Associações de Bairro, inteiramente manipulada pelo Governo do Estado, quase que na sua totalidade e eu continuo dizendo, eu só conheço uma associação que não é manipulada por nenhum dos Governos, quer seja Municipal ou Estadual. É a Associação Comunitária do Bairro da Liberdade. Continua independente e vai continuar enquanto eu for Presidente. Infelizmente o SINTER foi envolvido com eleição duvidosa e hoje deve acontecer uma eleição inteiramente manipulada pelo governo, é uma tristeza para uma classe como é a representada pelo SINTER, que são trabalhadores da educação. Meus senhores se até os educadores esse governo não respeita, quem é mais que vai respeitar. Estamos a beira de um caos, daqui a alguns dias o governo vai querer manipular tudo e todos os setores representativos da sociedade roraimense. Não é possível, nós não podemos mais ficar calados com tamanha crueldade e arbitrariedades cometidas pelo nosso governante. Eu acredito que esse homem já perdeu o domínio de sua mentalidade, não é mais possível em sã consciência que não respeite uma sociedade que o reconduziu pela 2ª vez ao Governo do Estado. Esses mesmos professores que ele quer manipular e que estar manipulando muitos deles o ajudaram a voltar para o castelo governamental e hoje o que ele quer fazer? Quer tirar o direito dessas pessoas da liberdade de escolher da liberdade de vota. Que democracia é essa que os próprios governantes não respeitam nem os estatutos dos sindicatos? que País é este? Que Estado é este meus Senhores que nós não temos mais o direito de escolher a nossa representatividade classista? Por isso é que hoje se passa em certas sedes de Associações de Bairro e só se vê o mato, o Presidente da associação estar ganhando cargo comissionado pago pelo governo não, pago pelo povo que o governo não tira dele para pagar ninguém, ele paga é do nosso dinheiro. É assim que ele vai manipulando e pisoteando o povo. Nós temos que dar um basta a essa situação meus Senhores e minhas Senhoras. Não mais nenhum Vereador inscrito no Pequeno Expediente, passou-se para o **GRANDE EXPEDIENTE.** Com a palavra o Vereador **LARANJEIRAS** – Volto para esta tribuna agora para o Grande Expediente, cumprimento novamente a nossa Mesa Diretora e aos meus companheiros Vereadores e a nossa distinta platéia. No Grande Expediente eu quero aqui de público parabenizar os jornalistas Jessé Sousa e Pablo Sérgio pelos artigos publicados hoje em tendências na Folha de Boa Vista, ainda dá para acreditar que existem vozes fora desta Casa que ainda clamam contra as arbitrariedades e contra a falta de respeito para com o povo de Boa Vista, do governo estadual. O artigo do Pablo Sérgio, é bom que a sociedade leia e reflita sobre o que ele diz. Ele faz uma apanhado geral da situação caótica que atravessa agora a nossa Segurança Pública. O Jessé também faz certa comparações que servem

para a gente refletir como é que andam os serviços públicos no Estado de Roraima. Nós não temos segurança e não temos por que o Governo não tem um plano de trabalho que chegue a melhorar o serviço de Segurança Pública, em Roraima a troca de Secretários não adianta, o que adianta é estruturar a nossa Secretaria de Segurança Pública com pessoas capacitadas, com veículos, com armamentos, aí sim nós vamos ter uma segurança. Mas para isso primeiro temos que instituir concurso público para acabar com apadrinhamento na nomeação de policiais. Com aparte o Vereador **Otoniel Ferreira** – Como Vossa Excelência falou em concurso público, eu vou mandar a Constituição do Estado de Roraima para o Governador para ele ler atentamente o que preceitua o artigo 178, parágrafo único, inciso um e dois, que diz o seguinte. Peço permissão a Vossa Excelência para ler. A Polícia Civil, órgão permanente do poder público dirigido pelo delegado de polícia de carreira é organizada de acordo com os princípios da hierarquia e da disciplina, incumbe ressalva da competência da União as junções de polícia judiciária e apuração do território do estado das infrações penais exceto as militares. No parágrafo único diz assim. O cargo de delegado de Polícia é privativo de Bacharel em Direito. E no inciso 1° diz assim. O exercício da função policial é privativo de policial de carreira recrutado exclusivamente por concurso público de provas e provas de títulos submetido o curso de formação policial. E lá no inciso 2° e último diz assim. Os integrantes dos serviços policiais serão revalidados periodicamente aferindo-se as condições par o exercício do cargo na forma da lei. Olha, eu quero dizer o seguinte. Nessas três últimas execuções sumárias que foram feitas por policiais civis, nenhum tem qualquer formação policial. Então o governo está errado, deveria instituir o concurso público de provas e provas de títulos para obedecer o artigo 178 da Constituição Estadual, que ele prometeu cumprir fielmente e não estar cumprindo. Continuando o seu pronunciamento o Vereador **LARANJEIRAS** – Isso só vem engrandecer o pronunciamento deste humilde Vereador, que quase sempre depois dos meus pronunciamentos aqui vem as ameaças por telefone. Isso eu já estou acostumado a fazer o pronunciamento aqui contra a segurança pública e depois o meu telefone me matar. Só que eu ainda não estou morto, continuaram ontem e vão continuar hoje, amanhã e depois. Porque se tem alguém querendo me fazer medo estar perdendo tempo, porque eu não tenho medo. No meu dicionário não existem duas palavras: Medo e renúncia, eu nunca renunciei a nada e nunca tive medo de nada, não tenho medo de homem, de mulher e nem de fantasma. Não tenho medo de morrer porque quem tem medo de morrer já nasce morto. Então meus Senhores não adianta alguém querer me intimidar. Não sei de onde partem as ameaças e nem procuro meios par descobri-las porque não adianta eu saber que foi A ou B que quis me intimidar. Eu ando sem arma, sozinho e não tenho medo das ameaças e vou continuar dizendo que quando as sucatas não prestam para o Brasil, o Governador Neudo Campos importa e põe para dirigir as Secretarias do Estado. Enquanto aqui nós temos pessoas mesmo vindo de outros Estados, capacitadas e conhecedora dos

nossos problemas. Nós temos Bacharéis, nós temos médicos que podem responder pelas nossas secretarias, mas quando surgiram os problemas que psicologicamente o Senhor João Campelo não teve coragem de enfrentar e entregou o cargo de Diretor Geral da Polícia Federal, o Governador correu e disse traz para cá, venha para cá que aqui tem lugar. Quando faliram o "PAI," lá em São Paulo e quando um médico da capacidade de Augusto Botelho entregou a Secretaria da Saúde, o governador também foi buscar lá em São Paulo um homem para vir para Secretaria de Saúde. É desse jeito e depois me ameaça, eu vou ter medo. Não tenho medo, pode ameaçar se quiserem cumprir, se quiserem executar, executem. No executaram o filho do nosso companheiro Alfonso, rapaz novo com todo o futuro pela frente, quanto mais um homem da minha idade, não tenho nem um pingo de medo. Podem marcar o lugar, podem me telefonar e dizer seu Laranjeiras você vai em tal lugar que eu vou lhe matar e eu vou lá. Vou lá porque eu não posso ficar correndo de um bicho só pelo rumo. Eu tenho que vê que bicho é esse, muitas vezes o bicho ronca mas não fuça, é preciso ver se o cara tem coragem de marcar. Eu já fui umas duas vezes e não me encontrei com ninguém e vou continuar tantas quantas vezes marcar eu vou lá. É assim que eu vou levando minha vida e protestando contra as indignidades que eu vejo no meu Estado. são as manipulações, são as interferências do governo. Agora até no sindicato, eu ainda tenho esperança no SINTER, que esse pessoal que faz essa frente do SINTER, essa frente de oposição saiam vitoriosos hoje dessa batalha e mostre para esse governo que não adianta ameaçar, que não adianta querer manipular os sindicatos, os sindicatos têm que traduzir a sociedade o pensamento dos seus associados e não o pensamentos daquilo que os governos querem. É para isso que existem, é para isso que existe as associações de Bairros, é para isso que existe ainda a força dessa democracia em que vivemos. Mais uma vez fica aqui o protesto e o meu aviso a quem me intimidar. Com a palavra o Vereador **PARIMÉ BRASIL** - Senhora Presidente, Ilustre Vereadores, tenho pautado Senhora Presidente nesta Casa tentando ordenar, tentando fazer ver e sugerindo como homem de oposição, com Vereador de oposição, que as autoridades deste Estado, principalmente o Senhor Prefeito Municipal, faça cumprir as Leis Federais e Estaduais e principalmente a Lei Municipal no que diz respeito a Administração Pública e ao cumprimento na prestação de contas que fazem neste Estado e neste Município. Por esta razão Senhora Presidente, venho a esta tribuna com tranqüilidade porque hoje vou tentar fazer uma auto crítica, vou tentar transmitir principalmente aos Ilustres Vereadores para que pensem, meditem e usem suas funções para melhor cumprimento do dever e o que a Lei impõe. Não quero dizer com isso que os meus nobres pares estão fugindo de suas responsabilidade, não, longe disso. Eu estou tentando transmitir a esta Casa que há necessidade de fazermos pesquisar, que há necessidade de buscarmos a um passado quase recente das Leis que regem diversas matérias. Recebi Senhora Presidente a determinação do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Ilustre Vereador Jader

Linhares, para oferecer parecer ao Projeto de Lei da Ilustre Vereadora Eugênia Glaucy. Que declara de Utilidade Pública, o Centro Comunitário Renascer. Busquei Senhora Presidente e Ilustres Senhores Vereadores, nas Leis Federais que regem a matéria, na Lei Municipal que determina o seu uso e vi estarrecido que esta Casa apresar do processo ser recebido parecer favorável de diversas Comissões desta Casa, verifico que esta Casa desde 1976 não cumpre as Leis que formalizam a matéria. Verifiquei Senhora Presidente que de acordo com a Lei n.º 091 de 28 de agosto de 1935, e a Lei Federal, determina no seu artigo 2º que diz. A declaração de Utilidade Pública será feito por Decreto do Poder Executivo mediante requerimento processado no Ministério da Justiça, Negócios e Interiores, ou em casos excepcionais, ex-ofícios, mas adiante diz. Nenhum favor do Estado decorrerá com o Título de Utilidade Pública, salvo a garantia do uso exclusivo pela sociedade, associações, etc. Senhora Presidente, a Lei n.º 39/76 de 23 de abril de 1976,ou seja, há 23 anos atrás determina também no seu artigo 2º a declaração de Utilidade Pública será feita por Decreto do Poder Executivo. No artigo 4º diz o seguinte. Nenhum favor do Município decorrerá a Título de Utilidade Pública. O que nós vemos é que em 1972, também a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 65, letra "D", também diz que a declaração de Utilidade Pública ou de interesse social para efeitos de desapropriação ou servidão administrativa decorrerá também da competência dos atos municipais. Conforme diz o artigo 75, que diz a formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito, far-se-á, e a letra "D" autoriza o Senhor Prefeito a decretar de Utilidade Pública , as associações ou entidades que lhe bem prover. Ora Senhora Presidente, esta Casa é a fiel determinação do cumprimento das Lei, é um fiscal de aplicações dessas Leis. E nós vemos que esta Casa vem errando continuamente na aplicação dos recursos que diz respeito a concessão de Utilidade Pública. Para que não pense que nós estamos aqui contrário a essa decretação, para que não julguem que nós estamos aqui a defender uma posição incoerente ou imparcial. Nós vamos sugerir a Ilustre Vereadora Eugênia Glaucy, que retire de pauta o anteprojeto de Lei e solicitar ao Senhor Prefeito Municipal que declare de Utilidade Pública a todos, todas as entidades que por esta Casa foram aprovadas, principalmente o Centro Comunitário Renascer, do Ilustre Vereador José Ivanildo. Também que esta Lei seja estudada pela Assessoria Jurídica, para que se há conveniência, há respaldo para apresentarmos alguns Projetos de Lei que modifica a Lei Orgânica do Município, que modifique a Lei 39/76 desta Casa Legislativa. Para que erros como este não se venham cometer. Eu sugiro que Vossa Excelência ratifique os Ofícios remetidos à Sociedade Civil e ao Poder Executivo, para que se instalem definitivamente e urgentemente a Comissão da qual propus e foi aprovada por esta Casa, para estudarmos todas as Leis Municipais, formando uma coletânea e sugerindo modificações que este Plenário de certo irá analisar, julgar e aprovar ou não. São essas as considerações que faço a respeito desse Projeto de Lei. Antes de oferecer o meu parecer contrário, pois fere substancialmente a Lei

Federal, a Lei Municipal e a Lei Orgânica do Município. Solicitamos mais uma vez a Ilustre Vereadora Eugênia Glaucy que retire o Projeto de Lei. Com aparte o Vereador **Ivanildo** - Nós sabemos que a nossa Câmara Municipal hoje existe várias Comissões e para que o Projeto realmente chegue a pauta ou seja aprovado na sua íntegra, ele passa por todas as Comissões. Então isso não quer dizer que haja erro por parte de Vereador tal ou qualquer que seja, mas eu gostaria de lembrar a Vossa Excelência, que como acabou de ler, que tem que partir do Executivo para que seja transformada em Utilidade Pública. Se nós lembrarmos a um mês atrás, a fundação Chico Rodrigues, foi transformada em Utilidade Pública, pela Assembléia Estadual, através de indicação de um Deputado e não passou em todas as Comissões, recebeu todo o apoio e foi transformada em Utilidade Pública a fundação Chico Rodrigues, na Câmara dos Deputados Estaduais. Então o que leva a gente a querer transformar o Centro Comunitário Renascer hoje em Utilidade Pública é porque é uma entidade que existe, é uma entidade que está aí há mais de 4 anos dando a assistência total a 500 crianças e para que nó possamos buscar recursos Federais, nós temos que transformar em Utilidade Pública. Porque nós sabemos que os recursos municipais são escassos, porque já tentamos, já buscamos convênios com outras áreas e não estamos conseguindo. Então temos que transformar. E a Lei Municipal e Estadual diz que para se transformar em Utilidade Pública qualquer que seja a sociedade, ela tem que ter pelo menos 3 anos de existência em pleno funcionamento. E nós sabemos que existem pessoas que criam Fundações apenas no papel, apenas de direito e quando você vai buscar, não existe nada. A nossa não, nós levantamos a nossa bandeira, está aí o nosso Centro Comunitário para quem quiser visitar e ver que a Escola Renascer existe, não apenas a escola mas a filantropia dentro do Centro Comunitário, com atendimento médico odontológico e tantas pessoas que já procuraram e foram atendidas. Então o que eu gostaria de esclarecer a Vossa Excelência é isso. E um outro ponto que Vossa Excelência citou, que o Prefeito quando manda o Projeto, transforme todas as entidades civis. Eu discordo de Vossa Excelência, porque se automaticamente o Prefeito mandar um Projeto transformando todas as entidades civis filantrópicas em Utilidade Pública, aí a picaretagem vai começar. Eu concordo que todos os casos sejam individuais, transformou, transformou, passe nas comissões, se preencherem todos os requisitos, como o Centro Comunitário Renascer preenche, que eu convido qualquer um dos Vereadores para ir visitar o Centro Comunitário para conhecer realmente o nosso trabalho. Convido a imprensa que está presente par visitar a Escola Renascer. Por isso eu digo a Vossa Excelência, nós sabemos, então como a Vereadora Eugênia apresentou o Projeto, é porque ela conhece o nosso Projeto, não apenas ela, mas todos os Vereadores conhecem o trabalho do Vereador Ivanildo junto ao Centro Comunitário Renascer, mas nós temos a certeza que mesmo que não seja através de um Vereador, o Prefeito com maior prazer irá mandar esse Projeto para a Câmara e eu tenho a certeza que a consciência dos Senhores irá prevalecer nesta hora. Muito

obrigado. Continuando o Vereador **Parimé Brasil** - Eu acho que Vossa Excelência não entendeu bem o espírito da coisa e as minhas palavras. Primeiro eu não acredito que sua Excelência o Prefeito Municipal, ao decretar de Utilidade Pública, qualquer entidade, vá usar de picaretagem de acordo com que Vossa Excelência falou. Segundo, eu quero dizer a Vossa Excelência, que foi a Lei Estadual de n.º 50 de 12 de novembro de 1993, não diz a quem cabe a responsabilidade da decretação de Utilidade Pública, conforme consta no Processo assinado por sua Excelência Ottomar de Souza Pinto, então Governador de Roraima, Vossa Excelência não entendeu, o Prefeito não precisa mandar Projeto de Lei a esta Casa, por Decreto o Prefeito pode, baseado na Lei Federal e Municipal, decretar de Utilidade Pública, o Centro Comunitário Renascer, o Prefeito pode e deve exigir daquelas que já foram declaradas de Utilidade Pública, o cumprimento das prestações de serviços, o cumprimento do seu relatório, coisa que não vem acontecendo, principalmente o Prefeito deve, pode exigir que nenhum favor do Município, decorrerá a Título de Utilidade Pública, ou seja, aquelas entidades que já foram declaradas, não pode receber benefícios pecuniários, ajuda da Prefeitura etc. Portanto, acredito eu salvo melhor juízo, que o Centro Comunitário Renascer, está enquadrado dentro da Lei e pode receber o Título de Utilidade Pública, decretado pelo Prefeito Municipal, o que eu estou sugerindo e pedindo, é que aquelas que foram declaradas de Utilidade Pública pela Câmara Municipal, que não tem validade nenhuma, porque contraria a Lei, que o Prefeito baixe um Decreto, convalidando a ação e o julgamento que foi feito por esta Casa. Essa é a minha intenção. Se não agrada Vossa Excelência, paciência. Eu gostaria de ceder o meu tempo a Ilustre Vereadora, Líder do Prefeito nesta Casa para que ela possa se pronunciar. Com aparte a Vereadora **Eugênia Glaucy** - Eu gostaria de dizer que pela coerência da Lei, eu até aceito a sua sugestão, porém, eu também quero registrar que quem determina a inconstitucionalidade, é o Judiciário, mas de qualquer forma, a coerência da Lei me faz aceitar em parte a sua sugestão, não somos nós do Legislativo, não somos nós que do Legislativo que vamos atestar a inconstitucionalidade de uma Lei, uma vez que esta seja aprovada nesta Casa, porque ela tem a autonomia do Legislativo. Mas obrigada pelo tempo, que me deu no seu horário e eu gostaria de aproveitar esse tempo, para homenagear um grande amigo, correligionário do PMDB, o Vereador Stênio, que graças a Deus se encontra aqui no nosso meio, após um grave acidente que quase lhe ceifa a vida. Eu gostaria de lhe dar as boas vindas a esta Casa, nesse momento que se recupera desse acidente. E volta a dizer que pela coerência da Lei, aceito a sugestão de Vossa Excelência para retirada do Projeto. Muito obrigada. Com a palavra o Vereador **OTONIEL FERREIRA** - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, distinta platéia que nos honra com vossas presenças, eu gostaria de registrar a presença do Vereador José Ovídio, Presidente da Câmara Municipal de Caroebe, Vereador Stênio de Caracaraí, e o meu amigo, grande causídico advogado, Dr. Edmilson, que também nos honra com vossa presença. Eu

gostaria de fazer aqui, alguns registros bastante preocupante, eu gostaria de falar inicialmente sobre a nossa ausência de ontem, foi motivo pelo exercício da nossa profissão, como Leiloeiro Público, no pregão das praças dos bens, lamentavelmente empenhorado ao empresários da nossa Capital e me chamou a atenção o número volumoso de processo, mais de 60 processos para ser levado a hasta pública, e as suas origens, grande parte dos executados, são dos empresários roraimense e as origens dessas dívidas, foram o que mais me chamou a atenção, esses empresários prestaram serviços ao Governo do Estado, que por ocasião da emissão da nota fiscal, para o recebimento desses produtos executado em obras e etc. o Governo Federal, através da Receita Federal tem direito ao imposto de renda como tem também o Estado o direito do ICMS, ocorre que o Governo não paga fica perambulando na Secretaria Estadual e o Governo não paga o prestador de serviço, a Receita Federal cobra o imposto de renda em função da emissão da nota fiscal, o Governo do Estado e o INSS tem também sua parcela em função dos prestadores de serviço muitos empresários vendem tratores, máquinas, equipamentos, gados para pagar essas despesas que originou em emissão da nota fiscal muitos outros não conseguem isso e aí observe só a que ponto nós chegamos, a irresponsabilidade do Governo em não cumprimento das suas obrigações, pagando os empresários e a Receita Federal executa que mesmo o empresário na função do crédito que foi gerado em função das notas fiscais, aí eu lhe pergunto como é que pode um cidadão honrar com seus compromissos com a Receita Federal para com próprio Governo do Estado com arrecadação do ICMS e o INSS com tributo como FGTS, PIS, PASEP e tantos outros, esse é o processo de falimentação do Estado e consequentemente dos seus empresários, eu disse aqui inclusive que das Casas dos desembargadores, na Villey Roy até no Centro da cidade tem 13 grandes lojas que foram fechadas de grandes empresários exatamente por isso, loja de peças, acessórios, serviços e etc. E o Governo não lhes paga e ontem eu fui bater o martelo na qualidade de leiloeiro público, puxa vida é uma pena a gente ver caçambas, tratores, peças, automóveis, residências inclusive sendo leiloadas em razão desse fato ou seja, o Governo Estadual está produzindo o Estado falimentar dos empresários pela inadimplência e esses tornam-se inadimplentes e em conseqüência do não cumprimento do Governo. Com aparte o Vereador **Laranjeira** – Eu perguntaria ao companheiro Otoniel, como é que nos chamam quando deixamos de pagar nossas contas? É caloteiro, então é um Governo caloteiro. Com aparte o Vereador **Ivanildo** – Eu gostaria apenas de esclarecer aqui, é que ontem um empresário me chamou para um determinado fato que me chamou à atenção, ele tem uma firma prestadora de serviço e ele pegou um serviço de umas grades, ele comprou os metalóis, os ferros para se fazer as grades e por determinação da Receita Estadual ele foi fiscalizado por um fiscal, eu não sei se pode chamar aquilo de inexperiência e dentre as notas de entrada e saída tinha as notas da compra do metalon e dos ferros par fazer as grades e o fiscal multou ele, multou em R$ 8.700,00 dizendo que ele tinha que ter aquilo ali em estoque. O cara

comprou o material para fazer as grades emitiu a nota e o fiscal disse que aquele material tinha que está em estoque e não nas grades, aí eu fui lá com o fiscal e o fiscal me disse não eu fui mandado a fazer isso, então eu vou conversar com o Secretário da Fazenda hoje, para saber o que está acontecendo querem terminar de enterrar de uma vez por outra agora, acho que o Secretário não está sabendo do que está acontecendo ou então o Próprio Governador não deve está sabendo porque eu não entendi esta situação, eu fiquei abismado com essa situação. Então hoje eu vou procurar o Doutor Roberto Leonel ou o Doutor Leocádio quem quer que seja para saber realmente o fundamento daquele negócio porque eu fiquei realmente de queixo caído. Muito Obrigado. Continuando o Vereador **OTONIEL** – Nós agradecemos o aparte dos Vereadores Laranjeira e do Ivanildo: Mas, como Município de Boa Vista também não é diferente do resto do Estado, nós todos os dias lemos atentamente o jornal e a Folha de Boa Vista ultimamente vem publicando a relação de título protestado diariamente é humilhante ao empresário ver o nome da sua empresa, o nome da sua humilde e pequena empresa ou as vezes até em função da co-obrigação e da co-responsabilidade, o seu próprio nome a ser protestado e aqui consta algumas empresas que prestaram serviços ao Governo municipal a bastante tempo e não receberam o dinheiro e o título está sendo aqui protestado. Eu acho que essas autoridades, eu chamo à atenção a responsabilidade do Governador e do Prefeito que eles tem a obrigação de fortalecer a economia do Estado, ou seja pagando em dias aos empresários que realizam e executam obras e serviços porque eles tem empregados e precisam. Com a Câmara Municipal o Prefeito não está honrando com suas obrigações, não está repassando o duodécimo que é dia 20 de cada mês para que os Vereadores possam também cumprir com suas obrigações e os funcionários da Casa. Por exemplo o que você recebe de manhã é um telefonema, olha Otoniel teu cheque voltou porque não tem fundo, é isso aí que é grande questão ou seja, ato de irresponsabilidade do Prefeito, a Câmara não se manifesta, a Câmara está omissa nestas questões de exigir do Prefeito que cumpra com suas obrigações. O duodécimo é que ele tem a obrigação de repassar até o dia 20 de cada mês e não está fazendo religiosamente é isso que o Prefeito tem que fazer. Com aparte a Senhora Presidente **Sônia Bacelar** - Vereador para título de informação o duodécimo da Câmara ele cai todo dia 20 e que existe um processo nos bancos, o Banco do Brasil antigamente, vereador Jader tentou várias vezes nos ajudar indo falar com o gerente do Banco do Brasil para que ele liberasse antes das 48 horas e eles não abrem mão. Vossa Excelência é sabedor que o pagamento do s funcionários e vereadores da Câmara Municipal que anteriormente era feito aqui na Casa, nós passamos par um Banco, de que forma procurando a maneira de pagar a taxa menor. O único Banco que ofereceu a menor taxa foi o Sudameris, o dinheiro entra dia 20 fica 48 horas no Banco do Brasil e do Banco do Brasil é repassado para o Sudameris para que possa fazer o pagamento não estou dizendo que não houvesse mês que não foi passado mais nós graças a Deus sabemos das dificuldades de tantos dos Vereadores como dos

funcionários, mas somos felizes que não entramos o dia 30 sem receber nossos salários, enquanto os próprios funcionários de cooperativas tanto faz de Governo como de Prefeitura passam até mais de um mês, nós sabemos das dificuldades de todas as Prefeitura a nossa Vereador não é diferente. Eu só queria dizer que não concordo quando Vossa Excelência disse que a Câmara está omissa. Nós temos buscado soluções quando é possível é passado no dia 20. Graças a Deus entramos o dia 30 todos os meses com o dinheiro no bolso e muito obrigado. Continuando o Vereador **OTONIEL** – Senhora Presidente, se Vossa Excelência me permite, eu estive com o Presidente em exercício desta Casa, o Vereador Jesus Laranjeira, e nós conversamos anteriormente sobra essas questões o duodécimo da Câmara Municipal, não é um favor que o Prefeito tem que repassar, é uma obrigação, até porque nós trabalhos em cima de um orçamento aprovado dentro da Lei Orgânica do Município de Boa Vista, esta questão ai é que o Prefeito Municipal tem maioria na Câmara, o Prefeito Municipal não cumpre a Legislação e aí é o que acontece, nós ou seja, esse nós chama-se instituição Câmara Municipal de Boa Vista, vive com o pires na mão na porta do Prefeito como se fosse repassar o duodécimo, a Senhora me desculpe a minha sinceridade, o Prefeito não está usando as suas obrigações e deveres como o Governo do Estado não cumpre as suas obrigações e veres para os seus fornecedores. Bem durante a Sessão de hoje, alguns fatos foram abordados aqui, e um deles muito interessante, o Vereador Titonho falou sobre a intervenção branca do Governo no SINTER, o Vereador Laranjeira falou sobre a questão dos Artigos inseridos e bem inscrito pelo os Jornalista Jessé de Souza e Sérgio, se nós fizermos uma pequena retrospectiva e se nós tivéssemos isenção de ânimo e imparcialidade para discutirmos esses assuntos, evidentemente que todos que compõe essa sociedade sofrida e calada, saibamos perfeitamente bem que as coisas não estão correndo bem como deveria, nós estamos passando talvez pelo pior momento na historia do Brasil e Roraima não seria exceção nesta regra, agora nós o Governo do Estado e o Governo Municipal, estão apáticos nas ações, não foi gerado se quer um emprego para ninguém, nem um emprego se quer durante a administração para que pudesse alavancar o desenvolvimento deste Estado, ou seja, nós já dissemos isso aqui inúmeras e inúmeras vezes, o processo falimentar é uma demonstração da incapacidade administrativa do nosso Governo, ora enquanto o Governador do Estado pensar que um cargo comissionado no SINTER, na Secretaria ou na Polícia Civil do Estado, lhe dá direito a voto para exatamente evitar a realização de um concurso público de prova e prova de títulos, ferindo frontalmente o que preceitua o art. de n.º 178, Parágrafo Único, inciso 1 e 2 da Constituição Estadual, o Governo luta exatamente em busca de voto em detrimento a execução dos serviços e cumprimento da Lei. Estava vendo aqui, o Secretário dizendo que provavelmente o Governo vai mandar para a Assembléia Legislativa, um processo para a realização do Concurso Público de Prova e Prova de Título, para preenchimento dos cargos de carreira de Polícia, que é privativo de Bacharel em

Direito, os cargos de Delegado. Ora, se o Governo Estadual é o zero em não cumprir a Legislação, o art. 101 da Constituição Estadual, no parágrafo 1° diz, que o Procurador Geral de Justiça do Estado, que se escolhido entre brasileiros, com mais de 35 anos de idade, com menos de 65 e com mais de dez anos com efetiva atividade profissional, o Governador nomeou o Dr. Luciano Alves de Queiroz, não tinha 35 anos, não tem 10 anos de atividade profissional, de acordo com Certidão expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Roraima. Olha isso aí é uma demonstração de que o Governo não respeita a Constituição do Estado, o Governo não respeita a Assembléia Legislativa, e o Governo não respeita inclusive a própria Ordem dos Advogados do Brasil, que é omissa nesta questão, porque não teve coragem através da sua Presidência, de propor um mandato de segurança, para garantir o direito liquido certo exigido, o cargo de Delegado, é privativo para Bacharel de Direito, o Governador abusa porque tem uma Assembléia Legislativa omissa e apática e aí esta o resultado, ninguém reclama de nada, ninguém discute o assunto, nós não queremos ser oposição pelo simples fato de ser, nós estamos querendo ajudar o Estado a desenvolver e ao Estado trilhar pelo caminho da legalidade, essa daí é a nossa visão, eu estou disposto a discutir qualquer assunto dessa ordem, oferecendo inclusive alternativas para o Governo Estadual, Municipal, para se discutir esta problemática. Agora se nós fossemos voltar ao passado para discutir, à mais no tempo do ex-Território, era assim ou assado, nada disso é por aí, nós temos que viver a atualidade, nós temos que viver este momento e discutir os assuntos que este momento requer. Nós fomos a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, fomos conversar com o Secretário Salomão Cruz, simplesmente é mais uma Secretaria para servir de cabide de emprego, o Governo não investe nada, absolutamente nada dentre dos programas que lá existem, mais não tem recursos para a sua execução e para completar o Governo Estadual, não tem nem um projeto nos ministérios para aquisição de recurso para fortalecer a economia do Estado, e olhe se você for em Brasília, eu Ministério só com a cara, sem levar um Projeto Alternativo fazendo a demonstração das necessidades e a locação de recursos para desenvolver o Estado, não vai vir dinheiro mesmo, essa que é a grande realidade, por isso a gente inclusive conclama aos Senhores Deputados Federais, nós conclamamos aos Senhores Senadores da república, nós conclamamos aos Senhores Deputados Estaduais, que nessa questão para desenvolver o Estados, todos tem que ter suas participações, agora você ficar dentro dos seus Gabinetes como ficam e você discutir isoladamente os assuntos, não vamos chegar a lugar nenhum, é de se lamentar e o que é mais de lamentar é que o caminho que nós estamos andando, é triste. O oficial do Cartório de Registro de Protesto e Título Letras e Documento, informa, que 86% dos títulos que são prenotados, pelo menos 70 são protestados e cada empresa, cada cidadão que tem um protesto, com certeza dificulta ainda mais a condição de fazer as suas operações nas casas Creditícia para fortalecer seus estabelecimentos, comércios as suas empresas etc. E agora nós estamos verificando o gerente do

Banco da Amazônia, simplesmente mostra que 120 milhões de reais, é o valor da dívida de 10 mil produtores rurais do Estado de Roraima, isso daí é uma demonstração de que nós, perdemos o nosso poder de fortalecimento, pensávamos que a emancipação, passando de Território para Estado, nós teríamos uma autonomia política, mas que fosse-mos também economicamente emancipados, lamentavelmente essa não é a realidade, esta daí Senhora Presidente, era as nossa colocações, a nossa humilde fala para a manhã de hoje. Eu queria dizer e convidar aos colegas Vereadores, para que nós discutíssemos o Projeto, é que hoje, eu diria que uma discussão mais acurada, mais inteligente com relação a questão do Moto Taxi, eu recebi do Sr. Cosme Presidente, várias cópias de Projetos dessa ordem, em outros Estado do Brasil, mostrando inclusive que esta daí, é uma válvula de escape, para atender no mínimo 250 a 300 pessoas na linha direta, que estão desempregadas, para competir hoje com os taxi convencionais, com os taxis lotações e o transporte coletivo urbano, com as empresas de ônibus, eu acho que não vai prejudicar ninguém, eu entendo particularmente de que um cidadão que usa um taxi convencional como transporte, jamais usará uma motocicleta como alternativa, e o moto taxi tem a facilidade de ir deixar o passageiro na porta de sua casa, eu acho que seria interessante, convido os colegas Vereadores para que nós discutamos esse Projeto. Com aparte, Vereador **Vingtum Praxedes,** eu queria aqui invocar a Presidência, na condição da Digníssima Vereadora Sônia Bacelar, como membro do Conselho de Transporte da EMHUR, que se fizesse um Expediente aqui da própria Câmara, pedindo um parecer prévio da própria EMHUR e do Conselho de Transporte Coletivo, a viabilidade do Moto Taxi no Município de Boa Vista. Continuando o Vereador **OTONIEL FERREIRA** - Eu agradeço a colocação do Vereador, e a princípio, nós discutíamos que a autonomia, os princípios para legislar sobre essa matéria, seria do Poder Executivo, entretanto eu quero dizer que existem vários Projetos a nível nacional, uns de autoria do Chefe do Executivo Municipal, e outros das próprias Câmaras Municipais, portanto como disse aqui em algumas discussões, quem tem competência para dizer se é inconstitucional ou não, é o Poder Judiciário, por isso eu acho até interessante, eu acho que devemos convidar alguém da EMUR, ou pedir parecer prévio, seria interessante, entretanto a Câmara tem poderes em legislar sobre a matéria pelo o que se presume, muito obrigado. Com a palavra a Vereadora **ROXA** - Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhores Vereadores, Presidente da Câmara de Caroebe, Vereador de Caracaraí, imprensa aqui presente demais aqui presente, na semana passada aqui, foi lida uma carta pelo Vereador Otoniel, e na hora eu não podia falar porque já tinha passado o horário de inscrição e na carta aberta dizia o seguinte: Obras dirigidas as quadrilhas ligadas ao Governador Neudo Campos, é muito fácil, a pessoa atingir, criticar, xingar, inclusive até chamar de quadrilha de ladrões, pessoas que trabalham, principalmente com o Governo, é assim que a oposição quando vem aqui neste microfone trata de anarquizar e avacalhar as pessoas. No começo da carta, ele começa falando

quadrilha são formadas por firma do Governo, sendo única a pegar obras dirigidas pela Secretaria de Obras, por meio da Secretária Adjunta Mana, esposa do Secretário Roberto Leonel, agredindo a pessoa da Dra. Mana e agredindo a pessoa do Dr. Roberto Leonel, eu vou ler aqui um pouco do currículo da Dra. Mana: Maria Auxiliadora Franco de Oliveira Leonel, Brasileira, natural de Boa Vista, estado civil casada, filiação José Amador de Oliveira e Virgínia Franco de Oliveira, endereço Rua Franco de Carvalho n.º 428, em Boa Vista, telefone tem tudo aqui, formação curso de engenharia operação construção civil e obras municipais, Universidade do Amazonas – UTAM – em 1976 à 1979, Manaus Amazonas, Colégio Euclides da Cunha, Boa Vista, e Colégio São José, aqui em Boa Vista. Curso de Aperfeiçoamento Seminário de Engenharia do Amazonas, 1º Encontro Regional de Desenvolvimento de Comunidade, Seminário sobre Licitação Direta, 1º Encontro de Engenharia de Roraima, CHARROM INDUSTRIAL, Curso sobre saneamento ambiental, Círculo de treinamento e controle de despesas e execução de contrato, Gestão em qualidade de serviço e engenharia. E aí tem as experiências e tem os trabalhos da Dr. Mana aqui no Governo do Território Federal de Roraima, Secretária de Obras e Departamento Técnico, Setor de Orçamento de 1980, foi secretária, membro da Comissão Permanente de Licitação, assessora do Secretário de Obras, Chefe de Setor de Custos e Orçamentos, Chefe do Controle de Obras, Membro de Comissão e Fiscalização e Obras, Membro de Comissão e Avaliação de Obras, Secretária de Administração, foi Assessora do Secretário de Administração, Presidente substituta da Comissão Permanente de Licitação, Presidente da Comissão do SEAD, Secretaria de Planejamento, Chefe de Turismo, Coordenadora de Turismo da Secretaria de Industria e comércio, Secretária de Obras, Chefe de Divisão e Topografia em 1991, Chefe de Estudo e Projeto da SOSP em 1991 Companhia de Água e Esgoto de Roraima, Comissão de Recebimento de Obras 1993, Gerente de Projetos de Obras da CAER de 93 à 95, membro de Licitação Permanente da CAER de 93 à 95, Secretária de Obra, Presidente de Comissão e Licitação de 95 à 96 e hoje Secretária Adjunta. Então a Dra. Mana, ela é Secretária Adjunta, ela não é Secretária da Secretaria. Então quando a pessoa veio aqui, disse que era ela quem dá as obras, era ela quem dita as cartas, mais só que lá tem o Secretário e aqui nesta Tribuna, quando o Governador dá uma para Firma de fora, todos vem xingar e criticar, que existem firmas boas aqui, como foi dada no tempo que a ODEBRECHE e para CAMARGO CORR6EA, todo mundo reclamava que aqui tinha boas firmas e que queria trabalhar, quando se dá trabalho as firmas daqui, fica se criticando, dizendo, que são apadrinhado do Governo, é só crítica. Então quer dizer, que a Dona Lurdinha da SPA, que o marido dela não merece fazer nada, que o Dr. Coelho não merece fazer uma construção, que o Dr. Reinaldo Neves, não merece uma obra, que o Zacarias que é um Engenheiro que mora aqui, não merece ganhar obra, ninguém daqui! Tem que ser dada para as pessoas de fora? Agora mesmo o Prefeito vai fazer o Anel Viário, foi dado para uma firma de Manaus. Aqui nesta Tribuna já foi feita as

críticas, porque não foi dado para as firmas daqui? Então vem criticas e calúnias em cima das pessoas, como também veio a coluna do Sr. Emiliano, na pessoa do Dr. Carlos lá do DER, falando mal do Dr. Carlos, e só críticas, muitos e muitos desses empreiteiros que hoje estão falando que o Governo está devendo, eles já receberam o dinheiro deles, e eu convido ao Vereador Otoniel, ao Vereador Laranjeira, para nós irmos lá no DER. Conversar com o Dr. Carlos e ver quem é realmente quem o Governador deve, convido a ir comigo na Secretária de Finanças com o Dr. Roberto Leonel, e ver que é realmente que o Governo deve e se deve esse absurdo que muitas pessoas ficam criticando, dizendo que não paga conta, porque o Governo deve, dizendo que nunca recebeu dinheiro, quando já receberam até 90% do seu pagamento, e estão aí a criticar, ou quando tem deles que não tem dinheiro para receber, certo, quando o Governador não licitou obra, até o mês de junho, porque tinha que pagar muitas despesas aqui. então ficam criticando que o Governador não está licitando, mais se ele tivesse licitando e não tivesse pago, estariam todos a criticar o Governo, porque não está pagando. Então é difícil, criticar é muito fácil. Eu também convido o Vereador Laranjeira, porque critica muita a segurança, porque o Dr. João Batista Campelo, assumiu não faz nem sessenta dias, a ir lá conversar com ele e ver os Projetos que ele tem sobre a Segurança, não precisa criticar, vamos lá, se ele realmente não tiver nem um Projeto, então, eu só faço o convite a todas as pessoas que estão aqui, que criticam esses órgãos do Governo, que eu como uma Vereadora do PFL do lado do Governo, quero convida-los a irem nessas Secretarias, onde eles fazem muitas críticas, para que eles levem as suas sugestões. Então eu convido aos Vereadores para irem a esses Secretarias, e conversar com os Secretários, para ver a realidade dos fatos. Com aparte o Vereador **Otoniel Ferreira** - Minha coerência, quando nós recebemos esse documento, via departamento de correios e telégrafos, em nosso gabinete, estive com a Presidência da Casa, e disse que dado a gravidade do assunto, nós requeríamos para que fosse encaminhado uma cópia ao Ministério Público, uma cópia ao Tribunal de Constas, e encaminhado uma cópia dessa carta, ao Presidente da Assembléia. Primeiro, o Ministério Público, é o fiscal da Lei. Segundo o Tribunal de Contas, aprecia as contas do Governo do Estado. Terceiro, a Assembléia Legislativa é responsável para fiscalizar os atos do Poder Legislativo Estadual, não compete consequentemente a Câmara Municipal, fiscalizar, entretanto, como cidadão e recebedor desse documento, endereçado ao meu nome, eu tinha a obrigatoriedade e o dever de assim o fazer, e eu fiz, inclusive estendendo este endereçamento a todos os companheiros Vereadores, para que tomassem conhecimento desse fato. Eu acho que esta é a função do cidadão, investido ou não de um mandato, entretanto como o mandato lhe confere algumas prerrogativas, e uma delas é usar esse Plenário, que muitas pessoas aqui gostariam de usar esta Tribuna, e não podem. Nós estamos fazendo em nome deles, especialmente os oprimidos, nós não estamos aqui para acusar levianamente, nem o Governo Estadual, nem o Municipal, entretanto contra fatos não há argumento, e aí,

se for a fundo, tanto o Ministério Público, quanto a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas, provam de que tem muita veracidade sobre essas denúncias. Com aparte o Vereador **Jesus Laranjeira** - Primeiro eu acho que a nobre colega equivocou-se, quando disse que o Vereador Otoniel leu a carta, não é verdade, o Vereador Otoniel não leu não, o Vereador Otoniel, apresentou a carta e eu autorizei o Sr. Secretário a ler, é preciso que alguém que não estava na ocasião, saiba, que quem leu a carta, foi o Secretário, por ordem da Presidência. Segundo, não preciso de forma alguma, ir ao Gabinete de Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública, para saber que depois que ele assumiu, já executaram três ou quatro pessoas, sumariamente, foram executados por policiais civis, e quando o subalterno comete o crime, é por falta de domínio, de comando da Secretária. Então não precisa eu ir lá não, o filho do Vereador Alfonso, foi morto o soldado do 7° BIS, foi morto estupidamente e outros, não precisa nós irmos lá não, o crime do Zuldimar está aí, desafiando essa polícia inoperante, não é que os policiais sejam culpados não, a culpa desses crimes Senhora Vereador, é em cima da Secretária de Segurança Pública e do Governo do Estado, que não institui concurso público para que os policiais tenham capacidade de exercer. Eu tenho um filho que é contratado como auxiliar operacional de serviços gerais e por perseguição política, está lá na Secretaria de Segurança Pública, com revolver na cintura, sem o mínimo preparo para ser policial e graça a Deus não mandaram ele executar o filho do meu companheiro Alfonso. É assim que está essa polícia, e o que a Vereadora quer que este Vereador diga? Que esse Secretário trouxe inovações para melhorar a nossa segurança, se a polícia continua executando as pessoas, inclusive dentro de suas próprias casas, como foi o caso do filho do companheiro Alfonso que foi abatido a tiro por um policial inexperiente. Eu não posso de forma alguma vir esta tribuna dizer que a nossa segurança pública melhorou, porque trouxeram um homem que não agüentou as pressões, e o desgaste emocional de tantas denúncias contra a sua conduta, e entregou a superintendência da Polícia Federal, a direção geral da Polícia Federal, foi trazido para cá para que, será que foi para mandar executar pessoas, como o filho do companheiro Alfonso, e como o soldado do 7° Bis. Continuando a Vereadora **ROXA**– Então gente, é isso que eu tenho a falar e convidar mais uma vez esses Vereadores a ver, se vai haver Concurso Público na Polícia Civil, e conversar com o Secretário, o que está acontecendo, eles vão saber se ele está trabalhando ou não, em benefício da Segurança, porque são poucos dias, não é nem 60 dias que ele está aí a frente, já havia acontecendo crimes, antes de ele sentar, porque aqui, quando doutora Neide assumiu, os civis pedira uma pessoa da Polícia Civil, que fosse delegada, então, quando ela assumiu a Segurança Civil, com os delegados, todo mundo, todo mundo da Polícia colocando em cada lugar, na 1° semana que doutora Neide assumiu, era elogios de todos os lados, doutora Neide, com os delegados estavam fazendo um trabalho, com um mês já estavam todos a criticar o trabalho da Dr. Neide como delegada, então ninguém sabe a quem agradar e isso o

meu posicionamento. Obrigada. Com a palavra a Vereadora **SÔNIA BACELAR** – Senhor Presidente, Senhor Secretário, amigos Vereadores, amigos que nos visitam, nós queremos dar boas-vindas, com muita satisfação ao nosso amigo, que na galeria e poeta Zeca Preto, não esquecemos ainda a dívida da música, ao Vereador Odinon de São João da Baliza, ao meu amigo Presidente José Ovídeo, a imprensa aqui presente e a todos os amigos, a nossa passagem hoje no Grande Expediente, é por um momento muito especial, eu quero pedir aos meus amigos Vereadores que dêem apoio a este Projeto de Lei de minha autoria, que ele significa muito. Ontem quando nós falávamos de dois Projetos de Lei, que estavam tramitando aqui na Casa, que foram aprovados quanto ao título de cidadão boavistense, nós temos a certeza que nós os 17 Vereadores quando fazemos com muita responsabilidade temos dado para pessoas que tiveram e tem até hoje um passado e um compromisso com esta Terra. Eu nasci em Boa Vista, tenho uma filha macuxi, meus pais são nordestinos, vieram de fora mas eu sempre digo que filho da Terra é aquele que veio para cá, que vive nesta terra e que ama verdadeiramente, abrir a boca para pronunciar a palavra "filho da terra", porque eu nasci aqui, sem nunca ter feito nada para que o Estado se desenvolva, para nós não representa nada, mas hoje nós estamos falando de uma pessoa muito especial, a professora Dorly Guerra, eu acredito que todos nós conhecemos a vida, o passado da professora Dorly e do meu amigo e saudoso pastor Almir Guerra, acompanhamos ao longo de todo esse tempo a trajetória do casal, do antigo Território Federal de Roraima, quero pedir a permissão do Excelentíssimo Senhor Presidente para fazer uma leitura sobre isto é o mínimo da vida da professora Dorly da Silva Guerra, filha de José Eurides da Silva e de dona Alzirina Ferreira da Silva, oriunda da cidade de Matena- Minas Gerais, nasceu no dia 02 de novembro de 1952, chegando a Boa Vista no dia 11 de fevereiro de 1974, da união matrimonial com o pastor Almir Nogueira Guerra que perdurou até o dia do seu falecimento em 24 de outubro de 1995, nasceram dois filhos, Gian Pablo e Naira Melissa Guerra, nomeada pela junta de missões CBB Rio de Janeiro, foi designada para o Cargo de missionária da Região Norte juntamente com seu esposo no ano de 1973, escolheu Roraima para esta difícil missão. Seu objetivo era contribuir na educação evangélica, mesmo sabendo das dificuldades que teria que enfrentar, na época o Território Federal de Roraima, sem estradas para se locomover facilmente, iniciou seu trabalho na cidade, na Igreja Batista de Roraima fundou a escolinha Jardim do Éden hoje Instituto Batista de Roraima, no bairro dos estados, a Congregação do Monte Sinai, no Asa Branca, na Liberdade Congregação Batista da Liberdade, além desses trabalhos em outros bairros, nas férias escolares montavam escola bíblica de férias em outras localidades como em Mucajaí, criou a Congregação Batista de Mucajaí viajando nestas estradas sem asfalto em média de 4 horas de viagem na época, na garupa de uma motocicleta muitas vezes levando várias quedas pela precariedade das estradas. Em Mucajaí seguia direto para Caracaraí em dificuldades de viajar também fundou a Congregação Batista de Caracaraí, das Vilas de São Luís do Anua,

São João do Baliza e Caroebe, Entre Rios, depois criando esse trabalho naquela localidade, manteve-se apesar dos obstáculos, tudo que fazia era humildade que carrega-se consigo até hoje. O Dom de tocar diversos instrumentos musicais tais como acordeon, piano, teclado, etc. Procurou transmitir esses ensinamentos na Escola de Música do Estado de Roraima e numa Escola particular de onde foi diretora, hoje existem diversos adultos que quando crianças aprenderam a tocar com a professora Dorly, nas escolas que ela dirigia, Jardim do Éden, Cinderela e Escola de Música de Roraima, todas essas tarefas desenvolvidas pela professora Dorly, quase que na totalidade sem renumeração fez sempre acreditando está servindo o próximo e cumprindo a missão que Deus lhe confiara, é por esses e outros motivos que hoje nós sabemos que Dorly é viúva, foi afastada da Escola de Música de Roraima, quando desempenhava um belíssimo papel a onde doava muito mais a sua vida esquecendo muitas vezes a vida dos filhos, e hoje é Professora da Escola Monteiro Lobato. Dorly , esta homenagem que a Câmara Municipal te oferece hoje é pouca em grandeza em tudo aquilo que você fez e continua fazendo pelo desenvolvimento do nosso Estado. Com aparte o Vereador **Natanael Nascimento** – Vereadora Sônia, autora do projeto Público aqui presente, neste momento muito importante e eu comentava algum instante aqui com o Vereador Braz, da importância do papel do Poder Legislativo Municipal em reconhecer o trabalho, em reconhecer a passagem de cada um que veio de outras praças para prestar o seu serviço, para dedicar muitas vezes a sua vida em função do desenvolvimento do Estado e além de ser um momento importante especialmente para mim, é um momento de grande emoção porque eu sou uma testemunha do trabalho desenvolvido por Dorly em companhia do nosso amigo, o saudoso Pastor Almir Guerra. Toda essa sua história que foi relatada agora quando Vossa Excelência leu seu curriculum, boa parte desse seu sacrifício eu pude acompanhar inúmeras vezes até acompanhei em viagens, já de uma forma mais amena, quando já existia asfalto, quando já existia facilidade, mas com muitas dificuldades, sabem por quê? Pela vida honesta, descente que tinham Almir Guerra e Dorly Guerra, que muitas vezes não tinham dinheiro para colocar combustível no carro, para irem para o interior, para levar a mensagem de Deus, para levar muitas vezes consolo para aqueles que não tinham oportunidades. Dorly Guerra, Professora de Música, Professora de Canto, Diretora de Escola, Missionária, enfim uma pessoa que prestou um trabalho relevante, efetivamente relativa ao Estado e eu tenho certeza que essa homenagem em que a Câmara vai prestar a Dorly é uma das mais justas que já passou por esta Casa, quero parabenizar a Vereadora Sônia por essa lembrança e dizer que é com muita justiça que o Poder Legislativo Municipal, representando o povo do Município de Boa Vista, reconhece ao trabalho extraordinário desenvolvido por Dorly Guerra e por extensão ao saudoso Pastor Almir Guerra. Continuando a Vereadora **SÔNIA** – Nós queremos concluir, a Professora Dorly dizendo que a Prefeitura Municipal de Boa Vista, a FECEC, está de parabéns por tê-la à frente do

coral, da Secretaria e por acreditar no seu trabalho, hoje infelizmente, os artistas são desacreditados e colocados em segundo plano eu digo isso porque eu tenho a felicidade, dizem que o ser humano para sentir –se realizado tem que ter realizado 3 coisas: ter um filho, plantar uma árvore e escrever um livro, as duas primeiras felicidades eu já tive, tenho uma filha maravilhosa, tenho árvores, várias plantadas e tenho um livro escrito pronto para ser editado há 2 anos, não tive a felicidade, porque já bati em várias portas, o meu livro está pronto, infelizmente ser artista hoje é difícil, nós temos que ter persistência , mas nós vamos conseguir e a Senhora merece todo nosso respeito e todo o nosso aplauso e quero contar com o apoio de todos os colegas. Muito obrigada. Não havendo mais nenhum Vereador inscrito no Grande Expediente, passou-se para o **INTERVALO REGIMENTAL,** o qual foi suprimido a requerimento verbal do Vereador Otoniel Ferreira. Passando-se em seguida para a **ORDEM DO DIA.** O Senhora Presidente solicitou ao Senhor Secretário fazer a leitura do Projeto de Decreto Legislativo n.º005 de 21 de junho de 1999, que dispõe sobre: A concessão de Título de Cidadã Boa-vistense a Senhora Dorly da Silva Guerra, de autoria da Vereadora Sônia Bacelar. O Vereador Vingtum Praxedes solicitou uma Questão de Ordem, "Senhor Presidente, como é de conhecimento a justificativa do eminente título merecido a nobre Senhora Dorly e já foi lido na tribuna pela Digníssima Presidente da Câmara. Eu solicito que seja dispensado a leitura do Projeto de Decreto Legislativo". O Senhor Presidente colocou em votação a solicitação do vereador Vingtum Praxedes, o qual foi aprovado. Passando-se então para a discussão do Projeto. Com a palavra a Vereadora **SÔNIA BACELAR** – Nós só queremos mais uma vez reforçar o pedido aos colegas porque acabamos de nos pronunciar e contar com o apoio de todos. Obrigada. Com a palavra o Vereador **TITONHO** – Eu gostaria de fazer uma colocação, ontem quando nós votamos também dois Títulos de Cidadão, Título Honorário. Eu só queria ressaltar mais uma vez o critério do qual a gente vota a favor do título e a professora Dorly é exatamente a pessoa que se encaixa dentro desse critério, quer dizer, uma pessoa que tem feito um trabalho ao longo da sua vida, desinteressadamente e de forma caridosa, inclusive com as pessoas. A gente tem a oportunidade de conhecer alguns dos trabalhos dela, principalmente o trabalho de dedicação a música, que a gente sabe que ser artista neste Estado em que a cultura não é valorizada, não é respeitada, inclusive quando a gente faz um projeto de incentivo à cultura como foi o caso que a gente fez aqui nesta Câmara e foi vetado pelo Prefeito. Inclusive achando que a gente ia quebrar o Município com aquele projeto e no entanto a gente estava querendo dar a nossa contribuição quanto Legislativo. Quando o Legislador quer fazer uma Lei criteriosa, extremamente preocupada como acabar com os apadrinhamentos e que a cultura seja valorizada como um todo, lamentavelmente a gente sabe que as pessoas que dispõe um trabalho artístico neste Estado é porque tem muita coragem e tem muita fé em fazer as coisas por sua conta. Fazendo sacrifício pessoal, financeiro, físico e etc. para realizar

qualquer trabalho. E eu acho que o trabalho da professora Dorly só não conhece quem não procura está atento as atividades culturais deste Estado. Então eu acho que a Vereadora Sônia está de parabéns e escolheu a pessoa que realmente merece este Título. Como eu disse aqui, sempre que eu achar que alguém não se encaixa nesses critérios de ter se doado voluntariamente por um trabalho social eu vou votar contra qualquer título. Mas a professora Dorly tem todo o meu apoio porque é exatamente a pessoa que desinteressadamente tem feito um trabalho ao longo da sua vida aqui no Município de Boa Vista. Com a palavra o Vereador Jesus **LARANJEIRA** – Eu vou fazer um pequeno comentário porque eu sempre deixo esses comentários para a minha justificativa de voto e hoje no momento eu estou na Presidência não vou poder votar neste projeto. Eu conheci muito e fui companheiro de luta do meu prezado amigo Almir Guerra, conheci o trabalho daquele homem e que ao seu lado tinha o apoio e a ajuda da sua esposa, professora Dorly Guerra, que eu não tenho muito conhecimento. Eu conheci o trabalho dela através do trabalho apresentado pelo Pastor Almir, que foi inclusive um companheiro de Maçonaria, quando eu era maçom, naquela época Almir já vivia falando da dificuldade que ele encontrava junto com a sua esposa para expandir um trabalho missionário que eles propuseram a fazer e hoje nós temos a grata satisfação de ver que pelo o encaminhamento do Projeto esta Casa vai de fato reverenciar uma pessoa que merece este título, que merece esta comenda, que com certeza que vai ser aprovado o Projeto apresentado pela companheira Sônia Bacelar. E não vai ficar de parabéns a professora Dorly Guerra não, quem vai ficar de parabéns é a sociedade roraimense e esta Casa por cumprir com mais uma obrigação de reconhecimento as pessoas que dedicam uma parte de sua vida pelo desenvolvimento cultural deste Estado. Não havendo mais nenhum Vereador para discutir o Projeto. O Senhor Presidente solicitou ao Secretário fazer a chamada nominal dos Vereadores para a votação. Alfonso Rodrigues – pela aprovação; Antônio Francisco Beserra Marques – pela aprovação; Braz Behnck – aprovo; Eugênia Glaucy – falta justificada; Ilka Malla – pela aprovação; Jader Linhares – pela aprovação; José Ivanildo – aprovo; Maria de Lourdes Pinheiro – Eu vou fazer um pequeno comentário, Dorly é com muito orgulho que eu posso sentar aqui. Estar hoje nesta Casa votando um Projeto que vem dar a você o Título de Cidadã Boa-vistense, parabéns e obrigada por tudo que você tem feito pelas crianças do meu Estado. E voto pela aprovação. Maria da Conceição Ventura – aprovo; Natanael Nascimento – Aprovo; Otoniel Ferreira de Souza – Eu quero justificar o meu voto. Os relevantes serviços prestados pela professora Dorly Guerra a sociedade roraimense e por se só, já lhe outorga o Título de cidadã Boa-vistense. Eu quero endossar porque conheço o trabalho realizado pela Senhora e a gente teve uma convivência política partidária com o seu falecido esposo, o professor Almir Nogueira Guerra. A gente entende perfeitamente bem como disse o Vereador Titonho que os relevantes serviços que a Senhora prestou e presta a sociedade, mais que justa esta outorga do título que a Câmara Municipal neste

momento discute. Eu voto favorável. Otília Pinto – ausente do Plenário, Parimé Brasil - pela aprovação; Sônia Bacelar - pela aprovação; Teresa Cristina Paim - Declarando voto, pelos trabalhos da Dorly na área da Educação, Cultura e Social, também eu voto pela aprovação; Vingtum Praxedes - Declarando o voto, realmente a Nobre Presidente desta Casa está de parabéns por homenagear uma pessoa tão merecedora de tal outorga do Legislativo Municipal. Esta pessoa que eu conheço e conheci também o esposo dela, Pastor Almir, são pessoas que trabalharam realmente para desenvolver e ajudar o bem-estar social do nosso Estado e do nosso Município. Eu sou favorável ao Projeto. Portanto 14 Vereadores disseram sim e nenhum Vereador disse não ao Projeto. Aprovado o Projeto que concede o Título de Cidadã Boa-vistense a professora Dorly Guerra. O Senhor Secretário fez a leitura do Requerimento n.º 031/99, de autoria do Vereador Parimé Brasil. Excelentíssima Senhora Sônia Bacelar, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista. Requerimento n.º 031/99, com base no inciso 10º do Parágrafo 3º, do artigo 123 do Regimento Interno desta Casa, combinados com os artigos 62, inciso 8º, da Lei Orgânica do Município. Requero a Vossa Excelência, ouvido Plenário, seja solicitado ao Senhor Prefeito Municipal de Boa Vista-RR, Ottomar de Souza Pinto, a seguinte informação: 1º Em que data iniciou a obra do Hospital Infantil Santo Antônio? 2º Qual o valor total do Convênio inicial para a construção do Hospital Materno Infantil Santo Antônio, caso tenha sido assinado aditivo, informar o valor? 3º Quanto até a presente data foi aplicado dos recursos próprios na construção do Hospital Infantil Santo Antônio? 4º Qual o valor já pago a empresa construtora até 15/08/9? 5º Qual o valor gasto com equipamentos? Sala das Sessões, Câmara Municipal de Boa Vista, 17 de agosto de 1999, Parimé Brasil - Vereador. Justificativa - Entendo o seu serviço político, obrigatoriamente destinado a prestar serviços médico hospitalar, medicamentos, em razão até o presente dado, o Hospital Infantil Santo Antônio apesar de inaugurado não estar funcionando e em conseqüência de haver, o Governo Federal, em convênio repassado recursos para aquela construção. Gostaríamos que a Prefeitura esclarecesse a esta Casa Legislativa e aos seus munícipes, o quanto foi gasto naquele hospital? Razão pela qual fazemos o presente requerimento, Boa Vista, 24 de agosto de 1999. A Senhora Presidente colocou Em discussão o requerimento. Com a palavra o Vereador **Parimé Brasil** - Eu gostaria de pedir o concurso dos Senhores Vereadores, porque a imprensa tem noticiado que o hospital já foi inaugurado e não funciona, e já foi gasto quase 20 milhões de reais naquela construção. Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal, enviou a esta Casa Projeto de Lei criando nova estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive citando nominalmente o hospital Santo Antônio e após o anais desse Projeto, aqui para esta Casa, ele retirou o Projeto de pauta. O Senhor Prefeito Municipal não estar cumprindo o que determina o artigo 62 da Lei Orgânica do Município, que determina que ele faça bimestralmente a publicação do seu balancete, das aplicações orçamentárias. Nós não sabemos qual o montante de

recurso próprio foi aplicado naquele hospital, não sabemos o montante real. Oficialmente o repasse em convênio feito para aquela construção. Não sabemos oficialmente quanto foi pago. Por essa razão, para que se dê uma satisfação a opinião pública e para que esta Casa tenha conhecimento do quanto foi gasto e principalmente o porque da não inauguração daquele hospital é que fazemos apelos aos Ilustres Vereadores para que aprovem o presente requerimento, mesmo porque, dependendo das resposta efetuadas pelo Prefeito Municipal nós vamos procurar conjuntamente com ele, dando a nossa colaboração, como Vereador de oposição para que aquele hospital entre imediatamente em funcionamento para atender principalmente as crianças do nosso Município. Com a palavra o Vereador **Jader Linhares** - A propósito da discussão deste requerimento, eu fiz um ofício ao Ministro da Saúde, José Serra, em 30 de setembro de 1998, exatamente pedindo informação a esse respeito da inauguração e até hoje o não atendimento de nenhuma criança naquele hospital Santo Antônio. Tenho cópia aqui, se os companheiros quiserem eu os passo. Fiz ofício também ao Senador Mozarildo Cavalcanti, ao Ministério Público, na pessoa de Sales Eurico, ao Tribunal de Contas, ao Presidente da Assembléia, ao Deputado Robério Araújo. Citando todos esses casos, todas essas preocupações nossas. Infelizmente não tivemos respostas, é por isso que hoje sou de acordo e apoio esse requerimento. Obrigado. Com a palavra o Vereador **Vingtum Praxedes** - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, neste requerimento também já que é formulado do Legislativo, isso é coisa normal, é de praxe, e é aceitável pelo o Regimento Interno. Como o Jader já falou em outras sessões passadas próximas, e deveria também vir informações para ver se tem também folha de pagamento de pessoal no próprio hospital. Com a palavra, Vereador **Jader Linhares** - Nós temos aqui inclusive o Diário Oficial, nomeando o Dr. Virlandi, como Diretor e posteriormente já na gestão do Brigadeiro Ottomar, nomeando a Dra. Marisa, também como Diretora do Hospital. Óbvio que estão recebendo, é só pegar a folha de pagamento. Não havendo mais nenhum Vereador para discutir o requerimento, o Senhor Secretário fez a chamada nominal dos Senhores Vereadores para a votação. Alfonso Rodrigues - não ao requerimento; Antônio Francisco Beserra Marques - vou declarar o meu voto, para nós do PT, é uma questão de princípio, além de ser uma obrigação do Executivo, a transparência naquilo que faz. Então para nós um requerimento deste, e além do Vereador Parimé, estar cumprindo verdadeiramente o seu papel de legislador, de Vereador, é também uma forma de se dar transparência, aliás para quem faz a coisa certa, mostrar a sociedade que estão falando errado, do que estar se fazendo. É uma oportunidade que o Executivo tem para colocar as claras aquilo que alguém duvida. Então eu acho que o requerimento vem a calhar. Sou favorável, inclusive peço aos colegas que a gente vote favorável, porque a transparência do serviço público é um dever, pena que os Poderes Executivos, eles acham que a transparência é colocar uma placa, que muitas vezes não colocam nem o valor da obra. Não é isso transparência, ou fazer

propaganda na televisão, da transparência, da publicidade, quer dizer, deixar claro para toda a sociedade, quanto, como, quem, estar sendo gasto o dinheiro que é público, é do povo. Então o meu voto é favorável ao requerimento. Braz Behnck - aprovo; Eugênia Glaucy - ausente do Plenário; Ilka Malla - não aprovo o requerimento; Jader Linhares - pela aprovação, José Ivanildo – não ao requerimento, Jesus Laranjeira - eu vou justificar o meu voto, eu pertenço ao PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, e primeiro eu lamento que essas autoridades que foram chamadas pelo companheiro Jader Linhares, não tem dado nenhuma satisfação. Prova mais uma vez que nós estamos escolhendo as pessoas erradas para nos representar. Bom eu dizendo que pertenço ao PSDB, e que não vejo de forma alguma nenhum bicho papão no requerimento do Parimé. Eu acho até que o Parimé foi muito feliz em apresentar esse requerimento, porque é uma maneira de se saber de fato quem tem o rabo de palha. O hospital está aí, a primeira ala foi inaugurada ainda na gestão a Ex-Prefeita Teresa Jucá, eu não sei porque não sou técnico, mas eu estive lá, aparentemente estava tudo bonitinho, tudo pronto, mas a construção era para ser continuada pelo o seu sucessor, que na época poderia ser o atual Prefeito, ou hoje Secretário de Agricultura, Salomão Cruz. Eram os dois que tinham possibilidades, na época de substituir a Prefeita naquela época Teresa Jucá. Chegou ao trono o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, continuou a obra e eu não vejo porque a gente não querer, por exemplo, tornar público a situação daquela obra. Eu acho que concordo piamente com o Titonho, quando diz que as execuções dos nossos governantes devem ser transparentes para que nós possamos de fato avaliar os nossos administradores. Nós queremos transparência e só podemos ter essa transparência se nos prestarem conta daquilo que fazem com o erário público. Porque que nós não sabemos até hoje para onde que foram o dinheiro da Codesaima, da CER, é porque a nossa Assembléia Legislativa é omissa. Voto favorável; Maria de Lourdes Pinheiro - ausenta do Plenário; Maria da Conceição Ventura - aprovo; Natanael Nascimento - declarando o voto, Senhora Presidente, nós questionamos aqui em outras oportunidade que determinados requerimentos que visem trazer informações dos Executivos, isso foi discutido com vários Vereadores, com a opinião bastante ampla, favoravelmente, para que se buscasse primeiro aquelas informações através de questionamento de Vereadores, de Comissões, para que o Legislativo não se desgastasse apenas encaminhado solicitações ao Executivo, e aquele Poder não responder ao questionamento da Câmara Municipal. Mas em respeito, principalmente ao posicionamento do Vereador Jader Linhares que de há muito vem questionando o problema do Hospital Materno Infantil e que nós somos da Legislatura passada que discutimos muitas vezes emendas do nosso orçamento, colocando recursos para que aquele hospital funcionasse. E lamentavelmente como nós sabemos, milhões e milhões de reais foram colocados ali e até hoje a sociedade não teve resposta para aquilo que ela mais precisa, que é o atendimento à saúde. Portanto eu voto favorável a aprovação do requerimento; Otoniel Ferreira - quero

justificar aqui o nosso humilde voto. Nos vamos inclusive propor que matérias dessa ordem não seja nem necessário a discussão em Plenário, seja retirada do art. 123, no inciso que diz que para que a Câmara, para que a Sociedade tome conhecimento a onde se aplica dinheiro público, não precisa nem apresentar requerimento, o Vereador não precisa nem ser votado, o Vereador requer e o Prefeito no prazo de 30 dias, presta essas informações, a sociedade precisa saber efetivamente é de que o hospital não está funcionado, e o que se sabe inclusive é que se continuam executando obras naquele hospital, e o que se sabe mais ainda, é que continuam morrendo crianças por falta de atendimento em hospitais, e o dinheiro é grande, é volumoso e nós necessitamos esclarecer isso. Portanto o meu voto é favorável; Otília Pinto – ausente do Plenário, Parimé Brasil - Senhoras Presidente, Ilustre Vereadores, primeiramente eu queria agradecer o voto favorável dos Ilustres Vereadores ao meu Requerimento e já antecipando a votação os meus agradecimentos. Mas eu queria dizer a esta Casa que nós estamos cumprindo a Lei Orgânica do Município, porque cabe ao Prefeito Municipal, de acordo com o art. 62 item 13, prestar dentro de 30 dias, informações solicitadas, quando aprovadas por este Plenário. Se eu for pessoalmente como membro de uma Comissão solicitar esta informações do Prefeito, ele vai dizer que não tem nenhuma obrigação de me prestar esclarecimentos, primeiro porque já tentei diversas vezes pessoalmente e não consegui nenhuma informação. Agora estão fazendo por intermédio da Comissão de Finanças, um ofício assinado pelo Ilustre Vereador Jader Linhares para pedir algumas informações. Mas eu acho que esta Casa tem sim, Ilustre Vereador Natanael, obrigação de aprovar os requerimentos que solicitem informações ao Senhor Prefeito para que se tome conhecimento do que está se passando, mesmo porque o Prefeito também descumpre a Lei, porque ele tem que publicar até 30 dias após o encaminhamento de cada bimestre o relatório resumido da execução orçamentária. O Prefeito não vem cumprindo também, o que diz respeito a esta Lei Orgânica e é preciso que esta Casa aqui tome posições mais firmes, e cobrança do Senhor Prefeito Municipal ao cumprimento das Leis, por esta própria Casa aprovadas. Então Senhora Presidente, eu na próxima sessão irei tecer algumas considerações a respeito de diversos artigos que sua Excelência, o Senhor Prefeito Municipal não vem cumprindo dentro da Lei Orgânica do Município. E voto a favor do requerimento. Vereador Nascimento solicitou uma Questão de Ordem, Senhora Presidente, considerando que o Vereador Parimé citou o meu nome em seu voto, e de forma equivocada, disse para platéia querendo transmitir que eu achava que a Câmara não tem obrigação. Não é verdade eu disse apenas para justificar o meu voto, que o Vereador Jader já tinha tomado posicionamento fazendo inclusive solicitações de informações e que não tinha vindo retorno e por isso o requerimento tem mais fundamento ainda em função da ausência dessas informações do Executivo Municipal. Tereza Cristina Paim – Por ser requerimento legal e de grande importância para a população como já frisaram os colegas anteriormente. Eu voto

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

favorável ao requerimento e quero aproveitar a oportunidade para lembrar ao grupo que dar sustentação ao Prefeito que nós temos outros requerimentos já com a data vencida, e até hoje não foram respondidos. Vingtum Praxedes - aprovo. Portanto 10 Vereadores disseram sim ao requerimento e três Vereadores disseram não ao requerimento. Aprovado o Requerimento de n.º 031/99 de autoria do Vereador Parimé Brasil. Não havendo mais nada para Ordem do dia de hoje, passou-se para as **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a Palavra o Vereador **Jesus Laranjeira** – Eu quero justificar a minha posição quando da declaração do voto. Eu citei os ofícios enviados pelo companheiro Jader Linhares que se prendem de fato ao Hospital Infantil Santo Antônio, como um exemplo de que as nossas autoridades não dão atenção de que a gente precisar saber e quando eu falei aos casos da Codesaima e da CER, é porque os escândalos já estão aí nas ruas e ninguém soube porque, porque sempre tem uma cortina de fumaça cobrindo as fraudes. E o requerimento do Senhor Parimé Brasil, quer que a gente tire esta cortina de fumaça, se é que esta pode estar encobrindo alguma coisa com referência a construção daquele hospital, que dizer, foi um apanhados de fatos para eu poder justificar o meu voto. Eu não fugi do problema, que estava sendo votado, simplesmente eu fiz algumas comparações, se a nossa Presidente entendeu que eu estava fugindo do problema, eu tenho consciência do que eu disse, e tenho certeza de que eu não fugi do problema da votação com respeito ao requerimento do Parimé Brasil. Então é assim que eu vou ser, se amanhã ou depois cortarem o meu microfone, eu tenho certeza que as minhas cordas vocais, não vão cortar. Então o meu posicionamento é esse e eu não mudo, porque eu nasci assim, e assim vou continuar sendo, sincero comigo mesmo. Com a palavra a Vereadora **Cristina Paim** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, eu quero me posicionar aqui com respeito a certas colocações que são feitas. Eu quero inclusive esclarecer ao público aqui presente, que essa chama foi com referência ao meu posicionamento aqui quando falei do requerimento. Então eu quero lembrar ao grupo de apoio ao Senhor Prefeito que responda os nossos requerimentos, porque nós precisamos, nós fazemos os documentos para serem respondidos, para prestar esclarecimentos a sociedade. Então nós fizemos requerimentos antes do início do recesso e até hoje os requerimentos não foram respondidos. Então é um apelo que eu faço ao grupo que dar sustentação ao Senhor Prefeito, que esclareça que lembrem as pessoas responsáveis por esses documentos, que nos respondam. Não havendo mais nenhum Vereador escrito para Explicações Pessoais, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Plenário **"ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO"**, Boa Vista-RR, em 25 de agosto de 1999.XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA
Presidente

ANTÔNIO Fco BESERRA MARQUES
1.º secretário